

# AGRICULTURA FAMILIAR EM ORGANIZAÇÕES E O ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Francine de Camargo Procopio<sup>1</sup>

Julieta Teresa Aier de Oliveira<sup>2</sup>

Fernando Rabello Paes Andrade<sup>3</sup>

Ricardo Serra Borsatto<sup>4</sup>

## RESUMO

Na última década o Estado tem formulado e implementado diversas políticas públicas, entre elas a de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de aproximar produção de alimentos e consumo. Tais iniciativas têm sua importância devido a um cenário em que se privilegiou historicamente um modelo baseado na industrialização da agricultura, o que levou à marginalização dos agricultores familiares. Algumas destas ações são: o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que incentivam municípios a adquirir produtos dos agricultores familiares. O presente trabalho almeja evidenciar se houve mudanças na forma de comercialização e agregação de valor dos produtos oriundos da agricultura familiar. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com perguntas norteadoras as lideranças de cooperativas e associações. Observou-se que, na região estudada, as organizações tiveram êxito na comercialização e adotaram estratégias de processamento, após formalizarem uma Cooperativa Central. Além disso, a partir da união em uma única cooperativa, as singulares adquiriram noções de empreendedorismo, houve aumento da credibilidade dos agricultores perante as organizações a que pertencem e abertura para novos mercados de atuação, como grandes centros urbanos.

Palavras-chave: Políticas públicas; Agricultura Familiar; Cooperativa; Associação.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Engenharia Agrícola, na Faculdade de Engenharia Agrícola – Feagri/Unicamp, e-mail: francine.procopio@feagri.unicamp.br.

<sup>2</sup> Professora Doutora na Faculdade de Engenharia Agrícola – Feagri/Unicamp, e-mail: julieta@feagri.unicamp.br

<sup>3</sup> Doutorando em Engenharia Agrícola, na Faculdade de Engenharia Agrícola – Feagri/Unicamp, e-mail: fernando.rabello.paes@gmail.com

<sup>4</sup> Professor Doutor na Faculdade de Tecnologia de Itapetininga – Fatec/IP, e-mail: rsborsat@ig.com.br.

## **ABSTRACT**

In the last decade the state has formulated and various policies, including the Food and Nutritional Security, with the goal of bringing food production and consumption implemented. Such initiatives have its importance due to a scenario in which historically favored a model based on the industrialization of agriculture, which led to the marginalization of small farmers. Some of these actions are: the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Programme (PNAE) that encourage municipalities to purchase products from family farmers. This work aims to show whether there were changes in the form of marketing and value addition of products from family farming. To this end, we performed a qualitative study with questions guiding the leaders of cooperatives and associations. It was observed that the region studied, organizations have been successful in marketing and processing strategies adopted after create a formal Cooperative Central. Moreover, from the union in a single cooperative, natural acquired notions of entrepreneurship, an increase in credibility of farmers towards organizations they belong to and opening new overseas markets , such as urban centers.

**Keywords:** Policy; Marketing; Family Farmers.

## **INTRODUÇÃO**

Até 1993 não havia disponibilidade de linhas de crédito específicas para a agricultura familiar. Essa categoria de produtores era enquadrada apenas como miniprodutores para efeito do Manual de Crédito Rural. Durante o governo do presidente Itamar Franco foi criado, em 1994, o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) para trabalhar, basicamente, com créditos concedidos pelo BNDES. Dois anos depois, o programa passou para a denominação Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), assumindo uma maior envergadura e com uma concepção diferente.

Em 1996, primeiro ano de consolidação do PRONAF, foram firmados 332 mil contratos de custeio e investimento, no valor de R\$ 650 milhões. Em 2003, o volume havia passado para 1,1 milhões de contratos, com os valores dos créditos atingindo R\$ 3,9 bilhões. A partir deste ano, o programa cresceu a taxas médias de 22% ao ano,

coabrindo todo o território nacional e os diferentes tipos de agricultores familiares, desde o recém-assentado pela reforma agrária até o agricultor familiar mais capitalizado (MATTEI, 2005).

Da mesma forma, o PRONAF passou a dar atenção especial a públicos específicos de produtores: mulheres, jovens, empreendimentos agroecológicos, agroindustrialização, etc. Assim, se no início da década a principal queixa dos agricultores familiares era com relação à falta de crédito, apenas quatro anos depois as reclamações migraram para os problemas dos preços e da comercialização.

Em 2003, o governo federal deu início, ainda de forma tímida, a uma experiência de comercialização que acabou por se mostrar extremamente interessante. Trata-se do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), previsto no projeto original elaborado pelo Instituto Cidadania em 2001 e que deu origem ao Fome Zero, lançado dias depois da posse do novo governo (TAKAGI, 2006).

A lógica que estaria por trás da proposta do PAA era a de criar um mercado institucional para os produtos da agricultura familiar, a partir de compras governamentais. Isso poderia proporcionar uma alavanca para os produtores pudessem se capacitar e fornecer alimentos de qualidade para outros mercados, inclusive o que se formava a partir das políticas de transferência de renda e elevação do salário mínimo.

No seu início, o PAA previa dois mecanismos que seriam operacionalizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ou diretamente pelos governos federal, estadual ou municipal. O primeiro deles dizia respeito à compra para formação de estoques públicos de alimentos, medida rotineira executada pelos governos para estabilizar os preços. O segundo mecanismo, de maior interesse para essa proposta, visava à compra com doação simultânea para programas de combate à fome e insegurança alimentar em determinadas localidades. Nesse caso, feita junto aos agricultores, respeitando-se as determinações da Lei das Licitações, e entregue a instituições de caridade.

Em 2008, o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), repassador dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos municípios, passou a autorizar a utilização desses recursos por parte das prefeituras para a compra direta junto aos produtores familiares.

Os recursos liberados pelo FNDE para a alimentação escolar devem representar o futuro do mecanismo de compras a ser operado junto à agricultura familiar. Atualmente, o PNAE é o maior programa de alimentação em vigor no Brasil.

Vale lembrar que o PNAE completou mais de 55 anos de existência, apresentando-se como um dos poucos programas universais de refeições para estudantes, inclusive em âmbito internacional.

A Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009) e, mais tarde, a sua regulamentação por meio da Resolução do FNDE nº 38/2009 (MEC, 2009), estabeleceu que 30% das compras municipais com a alimentação escolar devem vir da agricultura familiar. Essa medida permitiu que fosse fechado o circuito, garantindo um mercado estável e regular para a produção familiar.

Portanto, o presente trabalho almeja evidenciar se houve mudanças na forma de comercialização e agregação de valor dos produtos oriundos da agricultura familiar.

## **MATERIAS E MÉTODOS**

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, foi estudado as 8 Cooperativas de agricultores familiares que integram a Cooperativa Central de Produção Rural e Abastecimento (CCPRA).

A caracterização do processo de operacionalização dos programas em nível local foram realizadas através de entrevistas orais em profundidade junto aos oito dirigentes representantes da instituição responsável pelas organizações

Nas entrevistas foram também debatidos outros temas relevantes para a compreensão do funcionamento do PAA e Pnae em Sorocaba e Região, e a relação entre agricultores assentados e CCPRA, e emergiram avaliações que indicaram quais os limites dos programas territorialmente. Tais avaliações indicam também possíveis caminhos para a superação desses limites.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, que se buscou também levantar informações acerca do PAA e Pnae em nível nacional, a fim de possibilitar uma análise contextualizada da realidade dos programas pela CCPRA.

Os instrumentos de coleta qualitativa foram as entrevistas em profundidade orientadas por roteiro pré-estabelecido pelo pesquisador e com registros gravados dos depoimentos orais (QUEIROZ, 1988), previamente autorizados pelos próprios entrevistados. Essa etapa possibilitou a coleta de informações detalhadas e uma descrição confiável do concreto, a partir da proximidade estabelecida entre pesquisador e informante, o que expressa o grau de confiabilidade do método (RICHARDSON, 1999).

Utilizou-se da reprodução das falas dos agricultores assentados entrevistados como forma de ilustrar o tipo de informação levantada, assim como a riqueza de detalhes possíveis de serem captados pelo método escolhido. Para isso, foi seguida a orientação de Whitaker (2002), quando diz que se deve reproduzir apenas os erros de sintaxe das falas como forma de respeito com o entrevistado, “isto é, as formas peculiares de articulação do discurso. Escrever corretamente o léxico (sem erros ortográficos) nos parece fundamental para reforçar esse respeito”.

Com relação aos dados qualitativos, as entrevistas, foram transcritas para que se pudesse realizar uma análise detalhada com o objetivo de encontrar informações que complementem os dados levantados pelo questionário e aprofundassem a discussão proposta pelo roteiro pré-estabelecido.

Resgatando os objetivos da pesquisa, é importante frisar que a análise das implicações da política pública se deu a respeito da organização social dos agricultores.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS**

### **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi concebido no contexto do grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero<sup>5</sup>, que visavam implementar ações no âmbito da política agrícola e da política de segurança alimentar. Com isso, contribui para o combate à fome – num debate nacional que estava em consonância com uma política global – através do incentivo à agricultura familiar, vinculando a comercialização dos produtos no âmbito local e regional à distribuição dos mesmos para grupos sociais em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (MATTEI, 2007).

O PAA foi criado através do artigo 19 da Lei 10.696<sup>6</sup>, de 2 de julho de 2003, e, desde então, se mantém ativo. Ele possui três objetivos: (i) o incentivo à agricultura familiar, através da criação de um mecanismo de compra institucional; (ii) a distribuição

---

<sup>5</sup> Criado no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva na presidência do Brasil, o Programa Fome Zero surge num contexto de “profundas transformações societárias e de alterações na proteção social destinada particularmente aos segmentos populacionais em situação de maior risco e vulnerabilidade social” (YASBEK, 2004).

<sup>6</sup> A Lei 10.696, de 2 de julho de 2003, “dispõe sobre a repactuação e o alongamentos de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências” (BRASIL, 2003) e, com exceção do artigo 19, trata efetivamente desse assunto.

de alimentos para grupos sociais em situação de insegurança alimentar; e (iii) a formação de estoques estratégicos.

Alguns autores (DELGADO, CONCEIÇÃO E OLIVEIRA, 2005; SCHMITT, 2005) identificaram uma “dupla função” no PAA, qual seja, a de integrar a política agrícola relacionada à agricultura familiar e a política de segurança alimentar”. É possível visualizar essa intenção no próprio *caput* da Lei. A política agrícola tratando de criar uma demanda institucional para os produtos da agricultura familiar, ou seja, uma garantia à comercialização, algo até então inexistente para esse segmento<sup>7</sup>. A política de segurança alimentar, por sua vez, na formação de estoques estratégicos e no atendimento aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade social, especialmente no tocante à alimentação.

Para Mattei (2007:2), a finalidade do Programa é o fortalecimento da agricultura familiar, especialmente a camada de “produtores que produzem em pequenas quantidades e que estão enfrentando dificuldades para agregar valor à produção, através de mecanismos de comercialização nos próprios locais de origem desses produtores”. Para Souza e Vaitzman (2007), além da função de abastecimento, o Programa busca incrementar a *renda* do agricultor familiar.

É importante também destacar o fortalecimento da relação produtor-consumidor estabelecida pelo PAA, através da criação dos estoques estratégicos e, principalmente, da distribuição dos alimentos aos grupos sociais em situação de risco alimentar. Tal esforço não se restringe a esse Programa, mas é notável que o contemple enquanto política pública. Nos últimos anos, tem-se evidenciado que a aproximação entre produtores e consumidores favorece a consolidação de canais de comercialização, especialmente em circuitos curtos, beneficiando a agricultura familiar.

Passados alguns anos da criação do Programa, Mattei (2007) informa que o PAA já estava presente em praticamente todos os estados do país, havendo maior expressão, contudo, onde a “agricultura familiar é extremamente relevante”, se referindo principalmente às regiões Nordeste e Sul naquele momento.

## **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

---

<sup>7</sup> “Isso significaria para o programa de aquisições: i) ser um pólo estruturante de demanda institucional para a produção familiar – algo que inexistia (e ainda inexistente) no Pronaf, e por isso torna este programa cheio de riscos para o tomador de crédito; e ii) prover subvenções ao consumo de alimentos básicos às populações em situação de forte risco alimentar” (DELGADO, CONCEIÇÃO E OLIVEIRA, 2005).

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) surge em 1954, no âmbito do Ministério da Saúde, sendo, portanto, o programa social mais antigo do país na área de segurança alimentar (SANTOS *et al*, 2007). À época, se chamava Programa Nacional de Merenda Escola e tinha como objetivo principal a redução da deficiência nutricional de estudantes carentes no país através do acesso a uma melhor alimentação, de forma permanente, garantindo, assim, melhor desempenho escolar e redução da evasão (SANTOS *et al*, 2007; BELIK e CHAIM, 2009). De uma ação mais focalizada, o Programa passa para o âmbito nacional e, em 1988, se reforça com a promulgação da nova Constituição Federal, que passa a garantir o direito à alimentação escolar<sup>8</sup>.

Outro avanço ocorreu em 1994 com a descentralização do Programa<sup>9</sup>, com o órgão federal responsável, agora vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, estabelecendo convênios com estados e municípios para o repasse de recursos financeiros (BELIK e CHAIM, 2009). Esse processo abriu a possibilidade de inserção da agricultura familiar local como fornecedora dos produtos da merenda, o que só se concretizou efetivamente em 2009<sup>10</sup>, com a promulgação da Lei Federal n. 11.947, que determina, em seu artigo 14, que: “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE<sup>11</sup>, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009).

Além do impacto econômico positivo do PNAE no incentivo à participação da agricultura familiar local, Belik e Chaim (2009) destacam ainda impactos na área nutricional, relacionado à promoção da reeducação alimentar e da revalorização da cultura alimentar local; na área financeira, com o envolvimento e comprometimento do poder local com o Programa; e na área social, com uma maior adesão à alimentação escolar por parte dos alunos.

Atualmente, o PNAE “é considerado o maior programa de suplementação alimentar no Brasil, o que se revela em termos de número de beneficiários e municípios

---

<sup>8</sup> “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988).

<sup>9</sup> Lei Federal n. 8913/94.

<sup>10</sup> Até 2005, Belik e Chaim (2009) verificam que o número de municípios que compram seus produtos diretamente da agricultura familiar local é muito reduzido.

<sup>11</sup> Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura e responsável pelo PNAE.

atendidos”, sendo que, em 1955 eram 137 municípios e 85 mil crianças atendidas, e, em 2005, praticamente todos os 5.565 municípios (IBGE, 2010) e 36,4 milhões de crianças e adolescentes são atendidos, correspondendo a 20% da população brasileira naquele ano (BELIK e CHAIM, 2009).

## RESULTADOS

Apesar das entrevistas terem sido realizadas com o auxílio de um roteiro elaborado pelos pesquisadores, o tempo de cada entrevista foi variável e mudou de acordo principalmente com a disponibilidade de tempo da pessoa entrevistada, bem como sua abertura para uma conversa mais ou menos longa. De uma forma bastante consistente, os temas abordados convergiram, o que não significa que foram poucos. Ao contrário, diversos temas relacionados ao PAA e Pnae foram abordados, de forma que merecem uma análise própria e também da relação entre eles.

Segue a sistematização de uma gama variada e complexa de informações coletadas nas entrevistas, de forma que possam retratar as formas de comercialização do PAA e Pnae executadas pelas organizações (Tabela 1. Organizações)

**Tabela 1. Organizações.**

Nome Organização	Localização	Número de Cooperados	Ano de Início no PAA	Ano de Início no Pnae
Cooperativa dos Apicultores de Sorocaba e Região (Coapis)	Sorocaba	292	2006	2010
Cooperativa Mista de Agricultores, Apicultores, Pecuaristas e Pescadores de Porto Feliz e Região (Comapre),	Porto Feliz	114	2006	2010
Cooperativa Agropecupária dos Agricultores Familiares de Pilar do Sul e Região (Coopafaps)	Pilar do Sul	65	2006	2010
Cooperativa dos Produtores Rurais do Bairro do Morro e Região (Cobamo)	Capela do Alto	63	2010	2010
Cooperativa dos Produtores de Alimentos Diferenciados (Copad)	Araçoiaba da Serra	89	2006	2010
Cooperativa de Produtores Rurais de Ipanema e Região (Coprir)	Iperó	21	2010	2010
Cooperativa de Produção Agropecuária da Agricultura	Iperó	36	2010	2010

Familiar São Jorge (Coopas)				
Cooperativa de Produção 16 de Maio (Coopmaio)	Iperó	42	2010	2010

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Inicialmente destaca-se nos discursos dos entrevistados que, o PAA é realizado individualmente pelas organizações nas seguintes modalidades: Doação Simultânea, Compra Direta e Formação de Estoque.

“A Central é para ajudar na comercialização de produtos para a Merenda Escolar nos grandes Centros, ai o PAA é realizado pelas próprias organizações em seus municípios, apenas Sorocaba é que recebe produtos de organizações de fora, como do Assentamento de Ipanema, que fica em Iperó” (ENTREVISTADO 1).

“O PAA é algo da singular, e cada uma realiza o seu, tem alguns que só participam da Doação Simultânea, outra participa do Compra Direta e assim por diante, é preciso manter a individualidade” (ENTREVISTADO 4).

“A Conab vai voltar a trabalhar com a Formação de Estoque, já estamos fazendo reuniões sobre isso, e se fosse no grupo das 8 organizações ia ficar mais complicado, porque cada Presidente tem um jeito de pensar e agir” (ENTREVISTADO 3).

“Aqui no Assentamento as entidades vem buscar, o custo é o de produção, então não precisar fazer o PAA pela Central” (ENTREVISTADO 8).

A iniciativa de aderir ao PAA uniu os produtores ao ponto de constituir uma organização de pessoa jurídica para comercializarem no PAA. Com isso os produtores passaram a ter garantias de entrega das mercadorias. Na modalidade de Doação Simultânea, as organizações aderiram em seus municípios sede, nos quais o Fundo Social Municipal realizou os cadastros das Entidades Assistenciais para os quais deveriam ser repassados os produtos dos agricultores. No entanto, os agricultores não tinham como realizar a logística e para tanto as Prefeituras disponibilizaram transportes que faziam a coleta na sede das organizações e distribuía para as Entidades.

“No início foi complicado, porque era algo novo e a Prefeitura não sabia como fazer e também tinha o problema do transporte, como seria levado os produtos até as entidades. Então, foi autorizado as Prefeituras recolherem os produtos. Mas para participar disso nos agricultores tínhamos que estar organizados em associação ou cooperativa, aí que nos nós reunimos e montamos a Cooperativa” (ENTREVISTADO 5).

“A Cooperativa já existia, mas com o PAA que ela ganhou vida de novo” (ENTREVISTADO 7).

“Nos tínhamos uma Associação para captar recurso pro bairro, e aí quando veio o PAA vimos que havia uma oportunidade e comercializar, então modificamos o Estatuto e ajudamos a Prefeitura a começar a adquirir nossos produtos” (ENTREVISTADO 6).

No caso do Compra Direta, as organizações dos agricultores buscaram realizar contratos com municípios da região Metropolitana de São Paulo, onde os produtos foram direcionados para a rede escolar. Como a política visa uma alimentação mais adequada e o fortalecimento da agricultura familiar, as Prefeituras também disponibilizavam transportes para realizar a coleta na sede das organizações e entregá-las nas escolas.

Quanto à Formação de Estoque, as organizações relatam uma má experiência, pois os agricultores receberam diretamente o valor da safra e não efetuaram o pagamento à Conab, em razão de pensarem o que podia ser feito em produto.

Com relação ao Pnae, as organizações conseguiram aderir nos seus municípios, mas a produção de agricultores foi superior à demanda, o que os obrigou à buscar novos mercados. Para tanto, eles precisaram garantir a entrega semanal dos produtos com baixo custo de logística, o qual não seria possível se fosse realizado individualmente. Como as organizações já exerciam atividades em conjunto, decidiram por constituir a Cooperativa Central, que beneficiaria a todos os agricultores das Cooperativas, pois haveria maior demanda dos compradores e baixo custo de logística, em razão de realizarem a entrega em conjunto. Isso pode ser constatado a partir dos discursos dos Presidentes.

“Aderimos a Chamada Pública para a merenda de São Bernardo Campo, mas tínhamos o problema da logística que ia impedir de entregarmos, foi aí que resolvemos constituir a Central, porque com todos aqui da região entregando junto ia ter como cumprir o contrato” (ENTREVISTADO 1).

“Nossos produtores estavam produzindo além do que o PAA pegava, então resolvemos aderir as Chamadas Públicas para a merenda, só que os contratos eram distantes do nosso município e não teria como fazer as entregas, porque não temos caminhão e ficaria muito caro, e a Central faria esse custo reduzir e conseguiríamos dar destino aos produtos” (ENTREVISTADO 8).

“Não podíamos perder a oportunidade de entregar para a alimentação escolar, principalmente porque nossos recursos são limitados e ajudaria muito nossos produtores, só que sozinhos ia ser impossível, nossa produção é pequena por falta de investimento, até fechar o contrato seria algo impossível, mas com a criação da Central isso foi possível” (ENTREVISTADO 2).

“A merenda foi o ponto chave para a constituição da Central, com ela conseguiríamos ter uma vasta lista de produtos e atingir os público específico, por ter Cooperativa de Assentamento, mas o mais importante era que poderíamos abrir novas frentes e incentivar nossos produtores a produzirem mais” (ENTREVISTADO 7).

Assim, formou-se a Cooperativa Central de Produção e Abastecimento que é composta por oito cooperativas, chamadas de “singulares”, sendo elas: Cooperativa dos Apicultores de Sorocaba e Região (Coapis), Cooperativa Mista de Agricultores, Apicultores, Pecuáristas e Pescadores de Porto Feliz e Região (Comapre), Cooperativa Agropecupária dos Agricultores Familiares de Pilar do Sul e Região (Coopafaps), Cooperativa dos Produtores Rurais do Bairro do Morro e Região (Cobamo), Cooperativa dos Produtores de Alimentos Diferenciados (Copad), Cooperativa de Produtores Rurais de Ipanema e Região (Coprir), Cooperativa de Produção

Agropecuária da Agricultura Familiar São Jorge (Coopas) e Cooperativa de Produção 16 de Maio (Coopmaio).

A sede da Cooperativa Central é no município de Sorocaba/ SP/ Brasil, mas sua abrangência é regional. Isso ocorre porque as cooperativas que a compõe pertencem a Araçoiaba da Serra, Pilar do Sul, Porto Feliz, Capela do Alto e Iperó, todos no estado de São Paulo. Ao todo, ela é composta por 747 membros.

Com a criação da Cooperativa Central teve início a participação em chamadas públicas em municípios distantes até 150 km do município de Sorocaba. A primeira experiência ocorreu no município de São Bernardo do Campo com entregas semanais de 15 toneladas, chegando a 22 toneladas de produtos in natura.

No Quadro 1. Produtos comercializados com São Bernardo do Campo, é possível verificar a diversidade de produtos que as Cooperativas conseguiram unir em único contrato após a Cooperativa Central, além da oferta e valores competitivos, no quadro é notável a diferença da quantidade de produtos dos Contratos do ano 2011 para o ano 2012, isso ocorreu pelo fato do Contrato de 2011 entrar em vigência apenas no segundo semestre do ano, visto que deveria ter iniciado no primeiro bimestre. Com isso a Secretária de Finanças compreendeu que não era necessário o mesmo valor de recurso para o Edital de 2012, por essa razão a quantidade de produtos foram reduzidas. O que gerou sérios problemas nas cotas individuais, porque tem Cooperativa que não tinha fruta no contrato, e a que tinha não podia entregar por já ter estourado a cota do bimestre.

“As Cooperativas ficaram de mãos atadas, não tínhamos para quem entregar, os produtos estavam sobrando na roça, porque fizemos o planejamento em cima da quantidade de 2011 e ai é reduzido e como falar isso para o agricultor, ele não quer saber, quer entregar seu produto e pronto. Para nossa sorte é houve diversos Editais e pudemos aderi-los” (ENTREVISTADO 1).

“A Chamada Pública de São Bernardo do Campo foi um dos modelos de como fazer e como interagir com nós agricultores, mas demorou muito para começar a funcionar e isso atrapalhou o contrato de 2012” (ENTREVISTADO 3).

Quadro 1. Produtos comercializados com São Bernardo do Campo

Produto	Contrato 2011		Contrato 2012	
	Quantidade	Total	Quantidade	Total
Abobrinha	23.741	R\$ 18.992,80	16.619	R\$ 13.294,96
Abobrinha italiana	5.786	R\$ 5.496,70	4.050	R\$ 3.847,69
Berinjela	9.646	R\$ 8.295,56	0	R\$ -
Pepino Comum	11.000	R\$ 6.050,00	7.700	R\$ 4.235,00
Pepino Japonês	32.587	R\$ 35.845,70	22.811	R\$ 25.091,99
Pimentão vermelho	4.000	R\$ 8.600,00	0	R\$ -
Pimentão verde	18.672	R\$ 19.605,60	4.002	R\$ 4.202,10
Tomate	117.322	R\$ 187.715,20	82.125	R\$ 131.400,64
Cenoura	66.848	R\$ 76.875,20	46.794	R\$ 53.812,64
Chuchu	32.800	R\$ 18.040,00	22.960	R\$ 12.628,00
Beterraba	33.072	R\$ 29.103,36	23.150	R\$ 20.372,35
Abacate	1.000	R\$ 800,00	44	R\$ 35,20
Laranja Pera	13.500	R\$ 10.125,00	115.000	R\$ 86.250,00
Limão Taiti	5.376	R\$ 5.644,80	5.376	R\$ 5.644,80
Uva	8.900	R\$ 24.475,00	8.900	R\$ 24.475,00
Maracujá azedo	1.000	R\$ 1.650,00	700	R\$ 1.155,00
Maracujá	8.560	R\$ 14.124,00	5.992	R\$ 9.886,80
Caqui fuyu	38.451	R\$ 134.578,50	8.018	R\$ 28.063,00
Tangerina Ponkan	148.000	R\$ 222.000,00	148.000	R\$ 222.000,00
Tangerina rio	20.000	R\$ 30.000,00	14.000	R\$ 21.000,00
Cebola	65.000	R\$ 78.000,00	45.500	R\$ 54.600,00
Alface crespa	20.151	R\$ 30.226,50	14.106	R\$ 21.158,55
Alface	13.437	R\$ 20.155,50	8.691	R\$ 13.036,35
Salsa	7.638	R\$ 21.004,50	4.433	R\$ 12.190,75
Cebolinha	7.638	R\$ 16.803,60	2.760	R\$ 6.072,00
Escarola	8.209	R\$ 10.261,25	5.746	R\$ 7.182,88
Espinafre	4.900	R\$ 10.535,00	3.430	R\$ 7.374,50
Repolho	14.100	R\$ 7.050,00	9.870	R\$ 4.935,00
Acelga	5.525	R\$ 3.646,50	3.868	R\$ 2.552,55

Produto	Contrato 2011		Contrato 2012	
	Quantidade	Total	Quantidade	Total
Couve	7.218	R\$ 9.744,30	10.848	R\$ 14.644,26
Couve manteiga	1.806	R\$ 2.438,10	1.264	R\$ 1.706,67
Almeirão P.A	10.774	R\$ 17.238,40	0	R\$ -
Brócolis	15.000	R\$ 23.250,00	7.665	R\$ 11.880,75
Rúcula	3.000	R\$ 9.900,00	2.100	R\$ 6.930,00
Couve-flor	17.860	R\$ 29.469,00	6.707	R\$ 11.066,55
Total	802.517	R\$ 1.147.740,07	663.228	R\$ 842.725,98

Fonte: Cooperativa central de produção rural e abastecimento (2011/2012).

No quadro é possível verificar que as frutas tem valor maior que os demais itens, e representa 40% do valor total da soma dos contratos. Algumas frutas são consumidas individualmente, tornando o montante muito maior que as leguminosas e as oleaginosas, pois essas últimas são utilizadas para colocar junto na refeição ou se faz saladas, não necessitando de 1 kg ou 1 pé por criança.

Com a participação contínua em chamadas públicas e reuniões com as prefeituras do municípios, a Cooperativa Central verificou a necessidade de investir em alimentos processados, pois muitos produtos ainda continuava sem escoar e refém de sub preço, pois o agricultor aceita qualquer oferta de preço para não perder todo valor investido na produção. Então iniciaram o projeto de agroindústria de hortifrutigranjeiros. A agroindústria atualmente processa mandioca e abobora seca, tais produtos são comercializados através da Política Pública do Pnae para os municípios de Sorocaba e Pilar do Sul.

## DISCUSSÕES

A formação da Cooperativa Central de Produção Rural e Abastecimento deu ênfase política e poder de atuação direta com os órgão que articulam o PAA e Pnae, colocando em pauta as dificuldades dos agricultores e das Cooperativas para atender as mesmas políticas públicas.

Também possibilitou o escoamento dos produtos que antes as singulares não conseguiam comercializar por conta das dificuldades de logística. No entanto, percebeu-

se também que as singulares têm dificuldades em manter a oferta de produtos demandada pela Cooperativa Central.

Como, também, as singulares tem dificuldades em manter a fidelidade de seus cooperados, quando trabalhado preço fixo. Porque os agricultores, enxergam a Cooperativa como um atravessador e não um patrimônio próprio que precisa do esforço coletivo para avançar.

Mesmo assim, a Cooperativa Central tem lutado para expandir seus mercados, possibilitando o processamento de produtos, o qual é muito visado no campo da merenda escolar, visto que a merendeira não precisará perder tempo descascando alguns produtos ou picando. Coisas essas, que sem a união das Cooperativas demorariam mais para se concretizarem.

Portanto, essas ações tem beneficiado os agricultores e chamado mais a atenção deles para fidelização com a organização, demonstrando que o trabalho em conjunto rende mais frutos que o individual.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

BELIK, W.; CHAIM, N.A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, v. 22, p. 595-607, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em 08/07/2013.

BRASIL. **Lei 10.696/03**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm)> Acesso em 08/07/2013.

BRASIL. **Lei 11.947/09**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11947.htm)> Acesso em 08/07/2013.

DELGADO, G.C. *et al.* **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar**. Texto para discussão 1145. Brasília: Ipea, 2005.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Perfil Municipal**. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>> Acesso em 08/07/2013.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). **Assentamentos: Situação Quanto à Localização Municipal**. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>> Acesso em 08/07/2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em 08/07/2013.

MAZALLA NETO, W. **Agroecologia e Processamento de Alimentos em Assentamentos Rurais**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.

MATTEI, L.F. Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina. In: **Anais do XLV Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober)**. Londrina, 2007. 2007. SOBER.

QUEIROZ, M.I.P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMON, O.M. (Org.) **Experimentos com histórias de vida (Itália – Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999, 334p.

SANTOS, L.M.P.; SANTOS, S.M.C.; SANTANA, L.A.A.; HENRIQUE, F.C.S.; MAZZA, R.P.D.; SANTOS, L.A.S.; SANTOS, L. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1996 a 2002: 4-Pograma Nacional de Alimentação Escolar. **Cadernos de Saúde Pública** (FIOCRUZ), v. 23, p. 2681-2693, 2007.

SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília - DF, v. An.XIV, n. 2, p. 78-88, 2005.

SOUSA, R.P.; VAITSMAN, J. (org.) **Cadernos de estudos: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS**. Brasília: MDS, 2007, 132p.

WHITAKER, D.C.A.; DANTAS, A.; ANDRADE, E.A.; FIAMENGUE, E.C.; ARAÚJO, R.A.; MACHADO, V. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: WHITAKER, D.C.A. **Sociologia rural questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002, 256p.

YASBEK, M.C. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. In: **São Paulo em perspectiva**, v.18, n.2, p. 104-112, 2004.